

Governo promete plano de reestruturação de carreira

» ANA POMPEU

Para lidar com a pressão de bombeiros e PMs, o GDF propôs a criação de um grupo de trabalho que vai discutir a reestruturação das carreiras. A medida foi anunciada em reunião realizada na quarta-feira, entre representantes das categorias e os secretários de Administração, Wilmar Lacerda; de Fazenda, Marcelo Piancastelli; de Planejamento e Orçamento, Edson Ronaldo Nascimento; e o chefe da Casa Militar, tenente-coronel Rogério Leão. Apesar da promessa, em assembleia realizada na manhã de ontem, os militares decidiram manter a operação tartaruga, iniciada em 12 de fevereiro.

De acordo com a coordenação do movimento, cerca de 6 mil pessoas compareceram ao ato, realizado em frente ao Palácio do Buriti. Iniciada por volta das 9h30, a manifestação mostrou a insatisfação dos profissionais diante da negativa do

governo em reajustar os salários.

A classe argumenta que, com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), o aumento estaria desvinculado do orçamento local. O fundo foi criado para custear o pagamento dos servidores e a manutenção das corporações, além de ser aplicado em investimentos da segurança pública. Educação e saúde foram incluídos posteriormente. Assim, acatar as reivindicações dos militares não complicaria a situação do governo em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além de votarem a continuação da operação tartaruga por unanimidade, ontem, os manifestantes marcaram a próxima assembleia para 12 de abril, desta vez em frente à Câmara Legislativa do DF. Presidente da Associação dos Oficiais do CBMDF, o coronel Sérgio Aboud argumenta que o governo tem recurso em caixa para instituir a isonomia com as outras carreiras da Secretaria de Segurança Pública, co-

mo os policiais civis e agentes do Detran. "Há cinco anos, não temos reajuste. No período, o FCDF aumentou em mais de 50%", afirma.

Mesmo com a pressão dos manifestantes, o governo mantém a posição de não reajustar salário de nenhuma categoria este ano. A Secretaria de Administração informou, por meio de sua assessoria, que os policiais e bombeiros recebem tanto pelo Fundo Constitucional como pelo Tesouro do DF, o que significa que a folha de pagamentos deles entra sim na conta final da LRF. Este ano, o fundo tem disponíveis R\$ 9,9 bilhões. Desse valor, de acordo com a secretaria, quase R\$ 9 bilhões são destinados a gastos com pessoal e o restante é investido em infraestrutura. Na carta apresentada às associações na reunião da última quarta-feira, o GDF se compromete a criar, por meio de uma portaria que deve ser publicada na próxima semana, a comissão que vai avaliar o que pode ser feito pelas categorias.